

O debate sobre o cálculo econômico socialista: planificação, laissez-faire ou a Terceira Via de Keynes?

Rafael Galvão de Almeida¹
Tiago Camarinha Lopes²
Everton Sotto Tibiriçá Rosa³

Resumo: O artigo apresenta a contribuição de Keynes como alternativa de teoria econômica aos polos opostos representados no debate do cálculo econômico socialista. A “terceira via” de Keynes constitui-se em uma reforma social consciente dos problemas de eficiência econômica enfrentados pelo capitalismo e busca simultaneamente garantir justiça social e liberdade individual. Do ponto de vista da responsabilidade econômica do Estado, Keynes poderia se aproximar do “socialismo de mercado”, mas negaria enfaticamente o planejamento central. Do ponto de vista do processo econômico, das decisões, do conhecimento e da incerteza, bem como da crítica ao marginalismo e à teleologia do Equilíbrio Geral, os austríacos, sobretudo Hayek, aproximam-se de Keynes, mas negariam enfaticamente a maior intervenção estatal. Assim, a “terceira via” de Keynes se coloca como alternativa de coordenação dos agentes econômicos baseada em três princípios: eficiência econômica, justiça social e liberdade individual.

Palavras-chave: cálculo econômico socialista, liberalismo, Keynes, Hayek

Classificação JEL: B00, B51, B53

The socialist economic calculation debate: planning, *laissez-faire* or Keynes's Third Way?

Abstract: The paper presents Keynes's contribution as an alternative to the economic theory between the opposites in the socialist calculation debate. Keynes's Third Way is a conscious social reform of the problems of economic inefficiency in capitalism, but also one of social justice and individual freedom. From the perspective of the economic responsibility of the State, Keynes could be close to market socialism, but he would strongly deny central planning. From the perspective of economic decisions, knowledge and uncertainty, which are pillars for the critique of marginalism and general equilibrium, Austrian economists (Hayek, specially) become close to Keynes, but denying any State intervention. So, Keynes's Third Way becomes an alternative for

¹ Doutorando em Economia pelo Cedeplar/UFMG. E-mail: rga1605@gmail.com.

² Doutor em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia. Docente da Universidade Federal de Goiás. E-mail: tiagocamarinhalopes@gmail.com.

³ Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas. Docente da Universidade Federal de Goiás. E-mail: evertal@gmail.com.

coordinating economic agents based on three principles: economic efficiency, social justice and individual freedom.

Keywords: socialist economic calculation, liberalism, Keynes, Hayek.

1 Introdução

A lógica do sistema capitalista após 1918 e, com mais veemência, após 1929, foi uma em que o livre mecanismo de preços, como idealizado pelos liberais e pelos austríacos, certamente não existiu.⁴ Seja por intervenção estatal devido ao esforço de guerra, seja por sua manipulação devido aos mecanismos de proteção setorial de Estados industrializantes, a alocação de recursos não foi livre durante boa parte do século XX.

Porém, desde os anos 1970 e, com maior intensidade, depois da queda do muro de Berlim e do desmanche da economia soviética em 1989, a economia capitalista avançou no sentido de diminuir a estrutura política que operava sobre o sistema de preços, passando do discurso da “responsabilidade estatal” para o “fundamentalismo de mercado”. Estariam as ideias de Hayek voltando com força e substituindo as ideias que predominaram na *Golden Age* do capitalismo?⁵ Ou a crise do final dos anos 2000 assegurou, nos termos de Skidelsky (2009), o retorno de Keynes?

A descrição exata do pensamento político e econômico de Keynes é uma tarefa árdua. Diversos comentadores buscaram sintetizar aquilo que seria a doutrina keynesiana, mas nesse processo a vulgarização das ideias gera correntes distintas dentro do keynesianismo e elas mudam à medida que se tornam populares. Existem, no entanto, alguns pontos sobre os quais há concordância. Keynes defendia, por exemplo, que o capitalismo pudesse ser administrado de tal forma que seus principais problemas (extrema desigualdade de renda e riqueza e incapacidade do sistema proporcionar emprego a todos) seriam solucionados, sem a necessidade de o Estado assumir o lugar da iniciativa privada e decidir isoladamente os rumos da economia. O intento de criar um sistema econômico baseado na propriedade privada, e ao mesmo tempo sem os percalços da reprodução do capital expressas nas crises, parece ser um dos elementos sólidos para caracterizar a economia política de Keynes. Neste sentido, a reforma do que existe é o caminho para o avanço econômico e

⁴ O sistema livre de preços é uma “construção imaginária” nos termos do Mises (Ação Humana), muito parecido com o recurso do modelo abstrato de concorrência perfeita da teoria neoclássica. Tal situação inexistiu na realidade histórica. Com mais veemência após 1929 porque a amplitude de coordenação estatal aumentou.

⁵ Sobre isso ver as obras de Davidson, Minsky e Carvalho.

social futuro. O objetivo do economista britânico é corrigir os efeitos nocivos do sistema atual, expressos nas decisões dos agentes, levando em consideração a potencialidade material criada pela Revolução Industrial e o papel das Finanças na economia. Nesse ponto é que se pode partir para tentar vincular sua teoria econômica às perspectivas de organização social em conflito a partir do declínio de hegemonia britânica: o liberalismo, os totalitarismos, o socialismo e o capitalismo regulado.

Enquanto muitos liberais pensavam ser possível uma ordem capitalista ideal com a menor intervenção do Estado possível, Keynes, também liberal, acreditava que o *laissez-faire* era uma utopia perigosa e ultrapassada, um princípio norteador da mentalidade dos políticos, financistas e até de industriais que já havia demonstrado seu caráter fatal sobre a condução do sistema econômico marcado pela sofisticação da indústria e das finanças (inflação, desemprego, desvalorizações competitivas, endividamento do Estado, desigualdade)⁶.

A disputa política entre Keynes e Hayek foi amplamente divulgada no contexto da oposição direta entre a planificação, o *laissez-faire* e uma terceira via. Porém, a popularização deste embate intelectual distorceu o pensamento original dos dois economistas, o que tornou a distância entre as respectivas escolas gigantesca. Sem desmerecer a relevância deste embate para a elucidação dos problemas de economia política do presente, acreditamos que a análise da contradição entre keynesianos e austríacos é insuficiente para identificar o fundamento teórico da economia em geral. Normalmente é esquecido que Keynes é um defensor da sociedade liberal e não um defensor do planejamento central. Apesar de liberal, no entanto, Keynes é crítico veemente às posições mais radicais desta vertente, bem como das vertentes de estatização. No plano da teoria econômica, Keynes foi um crítico às noções auto-reguladoras do mercado e ao processo de tomada de decisão do *homo economicus*.

Para desvendar este ponto, além de considerar as batalhas políticas e teóricas nas quais se envolveu (e Keynes acreditava muito no poder de persuasão das ideias), é interessante mostrar como Keynes buscou refutar, no plano teórico, tanto a proposta dos *socialistas marxistas* quanto a proposta dos *austríacos e outros adeptos do laissez-faire*. Ou seja, não basta asseverar, como Plumptre (1947), que uma das lições mais importantes de Keynes foi a de que “o fim do liberalismo não era necessariamente o começo do comunismo” ou mesmo do começo do caminho para a economia autoritária do fascismo e nazismo. É preciso também fundamentar a base teórica desta posição política. Nosso argumento é que isso só pode ser feito se a posição de Keynes sobre o liberalismo e o intervencionismo for trazida para o estudo a que se propõe o debate do cálculo econômico socialista. Esse debate é justamente um embate de posições radicais de cada lado, as quais Keynes criticou durante toda a sua obra e vida pública. Neste sentido, veremos momentos de aproximações e repúdios do autor a cada um dos princípios representados por ambos os lados.

⁶ Ver Keynes (1923) e Keynes (1926).

Contudo, Keynes não participou diretamente deste debate. Existem muitos motivos para isso, e especular sobre eles não seria um caminho de pesquisa seguro.⁷ Todo o debate do cálculo é marginal para o economista britânico; central é o problema da instabilidade de preços, da guerra, da depressão, do desemprego, da paz e prosperidade internacional. De fato, Keynes estava preocupado em reformar o mundo, orientar o uso das instituições domésticas e criar instituições internacionais⁸. Seu embate era contra o liberalismo radical (*laissez-faire*), não necessariamente contra o capitalismo. Apesar disso, não se tornou um apologista do sistema capitalista, mas um crítico e um reformador que não se convenceu que a saída fosse a administração central de toda a economia, mas um *novo liberalismo*, um com responsabilidade econômica por parte do Estado, permeado por instituições e políticas públicas no âmbito doméstico e por instituições multilaterais para garantir a estabilidade e a paz.

Assim, concordamos com a avaliação feita por Carvalho (2008) de que o *debate do cálculo econômico socialista* era uma questão diferente das principais preocupações com as quais se ocupou Keynes. Porém, o intento nesse trabalho é ir além dessa constatação. Afinal, o fato de Keynes não ter participado diretamente desta controvérsia não significa que ele não tenha refletido e se posicionado a respeito dos movimentos políticos e filosóficos do século XIX e XX que conduziram ao próprio debate do cálculo. Neste quesito, é nítido o posicionamento de Keynes sobre os problemas do capitalismo e sobre as alternativas ao liberalismo do século XIX em meio ao século XX, sobretudo por sua posição híbrida que integra ação estatal e iniciativa privada, bem como a busca do bem público e das garantias sociais e econômicas para o indivíduo. Assim, o objetivo desse artigo é localizar o pensamento de Keynes no âmbito do duelo entre o paradigma da planificação e do liberalismo de *laissez-faire*.

2 O debate sobre o cálculo econômico socialista

O debate sobre o cálculo econômico socialista é um desses tópicos que, ao mesmo tempo em que gera posições radicalmente contrárias, tem sérias dificuldades em se firmar como uma questão permanente na memória do economista. Apesar de

⁷ Questões do tipo “por que algo que aparentemente deveria ter acontecido de certa forma não aconteceu?” (Caldwell, 1998) escondem algumas dificuldades, tanto para historiadores quanto para filósofos do pensamento, no caso, econômico. Pois, primeiramente, se um evento ocorreu é porque uma infinidade de outros eventos não ocorreu e, segundo, ele deve fazer com que a roda do tempo gire em na direção contrária para entender como poderia ter ocorrido. Comumente, quanto mais evidência se tem para um aspecto do problema, menos se tem para outro, e o fato de que muitos detalhes são subjetivos, não recordados em meios escritos, não ajuda a descobrir a verdade. Assim, a resposta à indagação será sempre uma condicionada a certa probabilidade, conforme os arquivos permitam fazer apenas uma inferência, e não uma constatação direta. Caldwell (1998) se refere ao fato de que Hayek não escreveu uma resenha da *Teoria Geral*, e também cita outros episódios semelhantes na história do pensamento econômico.

⁸ Ver Rosa (2016).

ser uma discussão altamente abstrata e que atrai diretamente autores próximos à perspectiva austríaca e à socialista de mercado, ela tem ligações concretas com os embates de política econômica desde as mudanças profundas que colocaram fim ao liberalismo clássico. Neste sentido, o debate é um dos desdobramentos específicos da disputa entre filosofias e visões de mundo para organizar a sociedade que emerge com o capitalismo – mercantilismo, liberalismo econômico, *laissez-faire*, reforma social, socialismo e comunismo.

Os posicionamentos antagônicos que se observam no debate do cálculo são antigos e estão nas raízes das discussões de filosofia e política. Filósofos como Pitágoras defendiam formas diferenciadas de organização social, críticas ao materialismo e excessos da conduta humana, como a comunidade de Cróton. Platão, em sua concepção da sociedade ideal, defendia que toda atividade econômica e não-econômica deveria ser estritamente regulada, o que implicaria uma cidade administrada por um Estado gerido por “guardiões” despossuídos de qualquer riqueza material pessoal, em uma sociedade que muitos comentadores identificariam como ‘comunista’ (“comunismo de Platão”). Aristóteles, em sua crítica a Platão, foi um dos primeiros a estabelecer uma relação entre valor e preço e que a existência de uma sociedade não comunista requer a existência de trocas. Aqui, a barganha seria o método para realizá-las e, conseqüentemente, a moeda como meio de troca e medida de valor emergiria quase que espontaneamente, como qualquer livro-texto sobre moeda pode explicar (cf. Schumpeter, 1954, p. 53-66).

No século XX, três anos após a Revolução Russa, evento de proporção singular histórica que, de acordo com a análise de Lenin ([1918] 2010), dava continuidade ao processo que gerou a Comuna de Paris em 1871 e cuja motivação era a construção da sociedade comunista, foi publicado o artigo *Economic Calculation in the Socialist Commonwealth* (no original em alemão, *Die Wirtschaftsrechnung im Sozialistischen Gemeinwesen*) que pretendia demonstrar a impossibilidade da organização econômica socialista. Ludwig von Mises⁹, membro da segunda geração da Escola originada dos trabalhos de Menger, Böhm-Bawerk, entre outros, sustentou que a alocação “racional” dos recursos em um sistema sem preços seria

⁹ Ludwig von Mises acreditava que “a ciência econômica (pelo menos em [suas] mãos) ensinava que a economia de mercado livre aliada a um sistema de propriedade privada cumpria o objetivo [de gerar bem-estar econômico] de forma mais eficiente do que sistemas alternativos” (Boettke, 1995). Segundo Loasby (1991), a criação da Escola Austríaca pode ser claramente atribuída a Carl Menger (1840-1921), cuja intenção, no entanto, não era estabelecer uma visão própria de economia, mas apenas apresentar uma base segura para toda a teoria econômica com seu *Princípios de Economia Política* ([1871] 1986). Apesar de ser comumente apresentado como um dos responsáveis pela revolução marginalista, na tríade Jevons-Menger-Walras, é importante apontar que a Escola Austríaca inaugurada por ele é diferente da Escola Neoclássica ou Marginalista. Para uma apreciação histórica da formação da Escola Austríaca que a relaciona propriamente com o marginalismo, ver a “desomoginização” que Feijó (2000) faz dos principais autores austríacos (Menger, Mises e Hayek) como continuação do trabalho de diferenciação entre Jevons, Menger e Walras feito por Jaffé (1976). Ainda sobre a diferença entre os marginalistas e os austríacos, ver Streissler (1972).

impossível.¹⁰ De acordo com sua perspectiva, já que propriedade privada não existe na economia socialista¹¹, o sistema de regulação das trocas que se opera pelo mecanismo do valor acordado para a transação, ou seja, o preço, simplesmente não funciona, pois o acordo de troca pressupõe a propriedade privada. Como é possível fazer avaliações e cálculos para efetuar as trocas de mercadorias nestas condições?

2.1 O Desafio de Mises

O desafio imposto pela crítica de Mises foi aceito por economistas socialistas, os quais se puseram a trabalhar em modelos teóricos (neoclássicos e de equilíbrio geral) para refutar a tese de que a organização econômica socialista não pudesse “alocar” os recursos de maneira racional. Mesmo sendo o nível de análise altamente abstrato, os modelos que são formulados ao longo das disputas entre economistas austríacos e socialistas terão repercussões práticas sobre as técnicas de planejamento em diversas circunstâncias, tanto na URSS quanto em outras economias que irão operar sistemas mistos ao longo do século XX.¹² Portanto, a recuperação do debate não é apenas um exercício de história do pensamento econômico ou de teoria econômica *pura*. Suas aplicações concretas mostram que um entendimento mais adequado deste ponto será fundamental para a construção de uma sociedade que utiliza os recursos de modo consciente e que tem como objetivo uma convivência social específica e desejada pela população.

Em termos teóricos, o debate foi importante para dois campos de concepção que correspondem às escolas de pensamento econômico fundadas por Marx e Menger. Como pode um mesmo debate ser interessante para duas posições filosóficas tão distantes?¹³

¹⁰ É comum resumir o argumento da Escola Austríaca de que o socialismo é impossível. Porém não é exatamente isso que é dito por Mises em seu artigo de 1920. O argumento ali é de que o cálculo econômico racional (no sentido posto) é impossível, mas não o socialismo em si. O socialismo seria impossível à medida que a falta do cálculo inviabilizaria a reprodução material da sociedade. É preciso destacar que o próprio Mises reconhece que antes do sistema de mercado a alocação de recursos ocorreu sem a necessidade de preços e de propriedade, o que comprova a viabilidade do sistema econômico sem mercado. Desde os primórdios homem tem resolvido o problema econômico de diversas formas, e a mais duradoura tem sido a “cidade” (civitas) e o “Estado”.

¹¹ Não são todos os autores que excluem a existência de propriedade privada no sistema socialista. O socialismo não marxista admite a existência de propriedade privada e não exige sua abolição absoluta. A diferenciação dos tipos de socialismo para Mises é extremamente limitada, pois, sua crítica pretende atingir todas elas da mesma maneira.

¹² Para uma introdução histórica dos modelos econométricos utilizados nos diferentes sistemas, o socialista e o capitalista, ver Lange (1962).

¹³ O termo liberal e suas derivações em diferentes “ismos” cobrem diversos grupos com ideologias específicas que se desenvolveram desde o fim da Economia Política Clássica na Inglaterra. Muitos adeptos do chamado libertarianismo se apropriam dos cânones da Escola Austríaca de economia para sua fundamentação teórica e política. Para uma explicação fora do marxismo sobre a diferença entre liberalismo e libertarianismo, ver Freeman (2001). Na interpretação oferecida pelos adeptos do socialismo científico, o libertarianismo é um tipo de socialismo utópico que se aproxima de concepções pequeno-burguesas

Roberts (1971), partindo da noção de alienação em Marx, explica que o estranhamento do produtor direto em relação ao produto é uma realidade necessária que decorre de uma economia de mercado desenvolvida. O processo de produção de mercadorias faz com que o trabalhador se distancie de tal forma do resultado de seu trabalho que a sociedade mercantil coincide com uma sociedade em que os homens atuam de forma inconsciente para satisfazer suas necessidades. Desta perspectiva, a sociedade socialista (do tipo marxista)¹⁴ requer uma forma de organização distinta do mercado, onde a economia é completamente subordinada às regras estabelecidas que indicam a direção dos valores de uso ao longo do processo de reprodução material da comunidade. Neste sentido, a economia socialista em Marx é necessariamente uma economia planejada, e não espontânea ou descentralizada como a economia de mercado idealizada por economistas¹⁵.

Logo, a adoção de um sistema de planejamento econômico seria a melhor alternativa para eliminar o problema básico de coordenação dos agentes da sociedade mercantil. O sistema descentralizado de trocas seria substituído por uma sociedade que se comportaria como uma grande fábrica ao mesmo tempo em que outros problemas seriam solucionados, como o controle dos meios de produção em relação aos produtores diretos. Mas, antes que se atingisse esse estágio, a organização econômica consciente aproveitaria as virtudes do mercado reconhecidas pelos socialistas, como, por exemplo, a capacidade de expandir a produção e criar uma quantidade de riqueza material elevada que poderia contemplar o bem-estar de cada indivíduo. Como consequência desse progresso, o conceito distributivo comunista ‘para cada um de acordo com sua necessidade’ seria transformado em realidade, inicialmente com o Estado provendo a cada indivíduo e a cada fábrica a quantia exata de produtos e insumos demandados, com o que os problemas da alienação e da exploração do trabalho seriam progressivamente eliminados com o próprio definhamento do Estado proletário.¹⁶ No fim, o objetivo comunista de uma sociedade sem classes seria atingido.

da sociedade do futuro, pois ele, no limite, vai negar o capitalismo mas defender a propriedade privada e o livre mercado. Para uma apresentação da concepção filosófica associada à Escola Austríaca que explica porque não existem economistas austríacos socialistas, ver Boettke (1995). Para a diferenciação entre socialismo utópico e socialismo científico (corrente socialista que deriva da teoria de Karl Marx), consultar Engels ([1891] 1975) e o material referente que aplica ao movimento comunista a dissolução da filosofia clássica.

¹⁴ Há diversas vertentes socialistas e que diferem, entre si, devido a sua posição quanto às questões da propriedade privada, do Estado, da natureza humana e do *contrato social*. Tal distinção não é comumente destacada no debate do cálculo econômico socialista.

¹⁵ Mesmo a economia de mercado não é feita por produtores interdependentes irrelevantes sobre os preços de mercado. Empresas de qualquer porte “planejam” a produção e todas as etapas até o produto chegar ao consumidor. A economia da indústria e das finanças não é a economia da feira.

¹⁶ O princípio “de cada de acordo com sua capacidade, para cada um de acordo com sua necessidade” resume a regra de produção e distribuição comunista de forma muito sintética: cada membro trabalha e acrescenta ao produto da sociedade aquilo que consegue e consome aquilo que necessita. A frase foi cunhada por Karl Marx em sua crítica aos projetos socialistas em debate na Alemanha que tinha o título de *Crítica ao Programa de Gotha*, texto em que Marx se expressa de forma mais nítida e direta sobre o comunismo, abordando as questões de transição.

O debate sobre o cálculo econômico socialista é especialmente importante para os adeptos do *socialismo científico* porque ele revela um problema econômico real no processo de construção do modo de produção comunista não-primitivo, isto é, com elevada divisão e especialização do trabalho. Oskar Lange (1936) atribuiu relevância ao desafio de Mises que justificaria inclusive a construção de uma estátua em homenagem ao austríaco em um eventual ministério do planejamento da sociedade socialista. Os problemas práticos da planificação da URSS foram estudados com a base teórica do problema do cálculo, embora o detalhamento disto possa estar ainda muito distante para o economista teórico do Ocidente que carece da leitura sobre o debate. Barbieri (2004) lembra corretamente que na URSS a tentativa de fazer uma economia sem preços imediatamente após a Revolução de 1917 fracassou de tal forma que tiveram que ‘regredir’ (de um ponto de vista socialista) para uma economia de mercado, com a Nova Política Econômica, em 1921.

Os economistas socialistas aos quais Mises ([1920] 1935) dirigiu seu trabalho acreditavam que poderiam construir a economia planificada. Tudo começou quando Mises argumentou que os socialistas, na ânsia de atingir esta economia sem mercado, acabaram por ignorar problemas de ordem prática. Segundo o autor, a presença de preços dava a capacidade de calcular a viabilidade de projetos por meio da comparação entre custos e retornos, permitindo a alocação mais eficiente dos recursos da sociedade. Todos trabalham com preços de mercado e com a comparação entre custos e benefícios, inclusive os consumidores. Portanto, “quando não há mercado livre, não há mecanismo de precificação; sem um mecanismo de precificação não há cálculo econômico” (idem). Assim, de acordo com a teoria austríaca, neste momento, não há como ter uma economia eficiente que consiga trazer bem-estar às pessoas sem a instância do mercado.¹⁷ É interessante ressaltar que o argumento central de Mises não deixa de ser uma defesa ideológica do liberalismo, mas tenta fazer com que seu enfoque pareça de cunho técnico¹⁸. De fato, a filosofia política liberal associada à Escola Austríaca não interfere de imediato na elaboração do desafio para os socialistas. Isso porque, apesar de conter uma posição antagônica a eles, trata-se de um problema de ordem concreta para organizar conscientemente a ordem econômica.

Em resumo: em Mises os preços são fontes de informação a partir das quais se tomam as decisões, o trabalho do empresário se torna facilitado, bastando olhar o sistema de preços para tomar a melhor decisão. Neste quesito, pouca

¹⁷ Mises tinha em mente uma das propostas de Otto Neurath, que afirmava que o planejamento econômico dos tempos de guerra poderia ser levado adiante em tempos de paz, através de um sistema de “contas nacionais” (não relacionado com o conceito atual) que faria com que atendesse objetivamente as necessidades de cada pessoa, física ou jurídica; em tal situação, o dinheiro seria dispensável e uma economia poderia funcionar sem moeda. Tal proposta também não obteve boa acolhida com outros socialistas. Ver Caldwell (1997).

¹⁸ Porém, é admitido por hipótese que os preços dão informações suficientes para a tomada de decisão. Este é um ponto em que Keynes diverge da tradição teórica do liberalismo.

diferença existe com o *homo economicus* maximizador de uma função objetivo, em termos de consciência das alternativas e da racionalidade dos agentes. Apesar dos socialistas de mercado também trabalharem com esta hipótese (preços como fonte de informações técnicas da estrutura econômica), este é um dos pontos que já distanciariam Keynes deste debate, sobretudo nesta fase. A sua crítica à ortodoxia (neo) clássica e à teleologia do Equilíbrio Geral leva à reformulação dos métodos e técnicas da Ciência Econômica, com a criação da Contabilidade Social e da Macroeconomia (em substituição, e não como complemento, do que passou a ser denominado de Microeconomia), culminado com o que veio a ser denominado de Revolução Keynesiana. Esse rompimento teórico abrupto dos anos 1930 torna o debate do cálculo, nos termos até então apresentados, ultrapassado do ponto de vista do avanço da teoria econômica.

Antes de entrar na Terceira Via, vamos considerar alguns aspectos, até para entender as mudanças seguintes que o debate do cálculo irá sofrer. Sobre os preços, Keynes afirma:

[Os Mercados] são governados mais por dúvida do que por convicção, mais por medo do que por previsão, por memórias do período anterior e não presciência do futuro. O nível de preços dos ativos não representa o que os investidores *conhecem*, refletem o que eles *não* conhecem. Frente as perplexidades e incertezas do mundo moderno, os valores de mercado irão flutuar mais intensamente do que parecerá razoável à luz da passagem dos eventos. [Keynes, ênfase original, *in*: Chambers.; Dimson (2013, p.226 -7)]

Em Keynes, os preços são afetados por subjetividade, isto é, por opiniões, expectativas e temores quanto ao futuro que só são aceitáveis, pois não há base de cálculo científico sobre o que se desconhece. Keynes introduz a incerteza e a expectativa na tomada de decisões dos agentes. A partir daí, a comparação de cenários alternativos se torna extremamente difícil, pois o elemento de “confiança” sobre os “cálculos frios” passa ser crucial para a tomada da decisão. Como o futuro é incerto, não se *sabe* o resultado, mas se *espera* um resultado, tem-se *opinião*, mas não *informação* técnica sobre o futuro. Assim, os preços não podem representar conhecimento *de fato*, mas sem dúvida, podem expressar sentimentos, temores e euforia dos participantes do mercado, sendo um guia, sem dúvida, mas um guia pouco estável, sensível e falível. Para agravar a precariedade dos preços, Keynes afirma:

Como resultado do aumento gradual da proporção que representam no investimento agregado de capital da comunidade as **ações possuídas por pessoas que não dirigem nem têm conhecimento especial das circunstâncias, reais ou esperadas, dos negócios em questão**, há uma séria redução do elemento de real conhecimento na avaliação desses investimentos feita pelos que os possuem ou pelos que tencionam adquiri-los. [Keynes ([1936], 1996, p.164), grifo nosso]

As decisões, mesmo com essa base precária, são o ponto de partida do processo dinâmico cumulativo da economia. Aqui, o trabalho do empresário se torna crucial, não basta olhar para os preços correntes para tomar decisão, é necessário criar estratégias para antecipar um futuro que se desconhece (contratos) e levar em conta outras fontes de informação além do sistema de preços. Assim, comportamentos distantes do “cálculo frio”, as opiniões, convenções e *animal spirits* estão presentes no processo de tomada de decisão dos seres humanos. Os preços são considerados, mas são precários, sobretudo os correntes.

Frente à revolução da teoria econômica, Hayek, em 1937, também rompe com o método neoclássico e com o conceito de Equilíbrio Geral. Gradualmente o austríaco vai se aproximar dos elementos tratados por Keynes, como a forma da tomada de decisão, o papel do conhecimento e da incerteza, a importância das convenções e das instituições. Apesar desta aproximação com o britânico, o austríaco irá refazer este caminho como um meio para reformular a sua posição em defesa ao livre-mercado, mantendo a sua crítica ao papel do Estado (tal como colocada na Teoria do Ciclo). Assim, o que se observará do ponto de vista do debate do cálculo socialista é a consideração do aspecto mais dinâmico da economia, a partir dos anos 1940, havendo certo rompimento com Mises na questão do problema alocativo. Apesar de Mises ter sido derrotado pelos “socialistas de mercado”, em um primeiro momento, a posição do planejamento central se configurava como uma vitória de Pirro, haja vista que a revolução teórica em curso.

Entende-se, assim, que o debate do cálculo econômico socialista foi afetado pela Revolução Keynesiana, em particular, pois deu a oportunidade para a reformulação do programa de pesquisa da Escola Austríaca. Isto fez com que os austríacos se afastassem dos modelos de equilíbrio geral e dedicassem sua atenção aos problemas reais de informação, conhecimento e adaptação. E também popularizou a percepção do mercado como um processo de descoberta, onde os agentes interagem usando sua informação em um contexto de escassez. As ideias de função dos preços, bem-estar e metodologia foram igualmente consolidadas por conta do esforço austríaco no debate (Kirzner, 1988), o que demonstra nitidamente a influência da crítica de Keynes. Ou seja, a escola austríaca se distanciou da teoria econômica ortodoxa, pode preservar a base filosófica do liberalismo econômico, da defesa incondicional da propriedade privada e do indivíduo. Afastando-se de Keynes apenas na questão da responsabilidade estatal sobre o sistema econômico.

Barbieri (2004) mostra que o debate tornou a escola austríaca distinta da escola neoclássica: diferente destes, a corrente de Mises e Hayek estranha a centralidade do equilíbrio como um alicerce para a construção da teoria, por mais que defenda a concorrência como regulador e o papel do sistema de preços. O equilíbrio para os austríacos nunca é um critério de firmeza para a noção de mercado, pois este daria um caráter estático ao processo de trocas, que é necessariamente um processo de ajuste incessante e aprendizado individual e, portanto, fora do equilíbrio. Enfim, a controvérsia do cálculo foi de fato um ponto de apoio muito importante para

a própria formação e existência da abordagem austríaca enquanto uma escola de pensamento econômico, que busca sua identidade, pois foi o espaço para a escola se reformular após a ruptura de Keynes com as bases que constituíram a primeira fase do debate.

Antes da Revolução Keynesiana, no entanto, vários autores tentaram responder ao desafio de Mises. Barbieri (2004, p. 82) identifica dois conjuntos de respostas: primeiro, na década de 1920 em alemão e, depois, na década de 1930 em inglês. O debate em inglês teve maior ressonância entre os economistas, sobretudo pelo contexto de colapso da Grande Depressão. Deste lado, os autores socialistas incorporam o modelo neoclássico walrasiano em seus argumentos. Isto culminou no avanço do programa neoclássico na época, em que o Estado socialista teria o mesmo papel do agente produtor-consumidor no modelo Equilíbrio Geral e se tornaria assim o ‘ditador benevolente’ ou o ‘leiloeiro walrasiano’. Os autores socialistas procuraram demonstrar que com a ajuda do modelo walrasiano poder-se-ia calcular quantidades e preços ótimos em qualquer economia, tanto socialista quanto capitalista. O problema, então, do planejador central era simplesmente montar o modelo (Caldwell, 1997). Haveria assim uma equivalência analítica entre o modelo walrasiano tanto para uma economia de planejamento central quanto uma de mercado (idealizada por Walras na *economia pura*).

2.2 O combate entre planificação e *laissez-faire*

A resposta definitiva ao desafio de Mises ([1920] 1935) só viria a ser publicada em 1936, com Oskar Lange¹⁹. Em seu artigo dividido em duas partes, *On the economic theory of socialism*, ele argumentava que se os preços fossem entendidos como custos de oportunidade, isto é, “termos nos quais alternativas são fornecidas”, a fixação de preços não seria apenas uma peculiaridade do sistema socialista. O método seria então ter conhecimento das séries históricas de preço do sistema pré-socialista e usar como *benchmark* para o planejamento, sob os auspícios de um ‘comitê de planejamento central’. Com os custos do capital e do trabalho conhecidos, o comitê instruiria os gerentes das fábricas a acharem a combinação ótima de insumos, de acordo com a definição neoclássica de preço marginal igual a custo marginal. Nota-se que Lange trabalha com a hipótese de que os preços refletem as informações técnicas, neste sentido, o problema de organização da economia seria equivalente em qualquer sistema.

Portanto, aqui as firmas não existiriam para maximizar lucros, senão para fornecer bens à sociedade, aproximando-se cada vez mais do critério “a cada um segundo sua necessidade”. O mecanismo de entrada e saída de firmas seria emulado por

¹⁹ Além de Lange, outros autores participaram da construção de uma resposta teórica ao problema do cálculo, como Abba Lerner, Alec Nove, E. G. Liberman, D.M. Nuti, L. Kontorovich, J. Robinson e outros.

meio de expansão e contração da atividade. Neste ponto, os mercados de trabalho e de bens de consumo não precisariam ser administrados, apenas os de mercado de capital. Isto tornaria o planejamento preferível à economia de mercado, mesmo que na teoria não houvesse diferença entre elas. Burczak (2006, p. 32) nos lembra que Lange acreditava que o modelo neoclássico era uma representação precisa de como a economia funcionava e que poderia ser usado como instrumental analítico para analisar o sistema de preços empíricos. É necessário lembrar, em contraposição a essa leitura de Burczak (2006), que Lange utiliza o arcabouço neoclássico e o paradigma do equilíbrio geral apenas como recurso metodológico para manter o tema da transição para o comunismo na esfera da oficialidade da ciência econômica (Camarinha Lopes (2015)). De toda maneira, a dinâmica entre o sistema de valores e preços empíricos poderia ser adequadamente assimilada e colocada em combinação com o problema geral da planificação ou programação econômica. Neste ponto, enquanto o paradigma teórico foi o neoclássico, a resposta dos socialistas de mercado havia sido suficiente para apontar a viabilidade do planejamento central.

A resposta mais conhecida ao modelo de Lange foi dada por Hayek, em uma fase em que a teoria econômica havia sido colocada em xeque por Keynes. O austríaco dará sua resposta em termos conectados com a ruptura de Keynes com a racionalidade e forma de operação da economia neoclássica. Ele demonstrou a dificuldade de se obter a informação necessária para tal empreendimento, apontou para as dificuldades a respeito de como formular as equações, e de como o sistema era incapaz de se adaptar a mudanças incertas²⁰. Na interpretação de Hayek, seria um esforço completamente infrutífero tentar fazer um modelo walrasiano completo da economia para criar artificialmente um sistema socialista de preços que atendesse os princípios advogados pelos socialistas. Em dois artigos, *Economics and Knowledge* (1937) e *The Use of Knowledge in Society* (1945), ele argumenta que nenhum planejador central tem informação suficiente para decidir o que é melhor para a sociedade, porque “o conceito de equilíbrio [geral] é de nenhuma significância” (Hayek, 1937, p. 36) e é relevante somente a nível individual.

O problema surge com a expressão ‘informação dada’, que é um conceito relevante para modelos teóricos, mas não se aplica à realidade. Hayek passa a direcionar sua atenção para o “problema do conhecimento” (Barbieri, 2012). Do ponto de vista institucionalista, conhecimento é diferente do problema de informação assimétrica: o conhecimento não é apenas informação, mas engloba tudo o que foi construído socialmente através de um processo de evolução cultural. Do ponto de vista de Hayek, o sistema de preços de mercado teria mais condições em aproveitar o conhecimento tácito, disperso e limitado dos agentes para mobilizar recursos sem

²⁰ Isso é praticamente a crítica de Keynes à teoria (neo)clássica com a introdução da incerteza e expectativas na teoria econômica. A diferença é que Hayek acreditava que os preços e a livre concorrência garantiriam que a anarquia da produção funcionasse da melhor forma e Keynes observava que a instabilidade dessa organização não seria desejável nem a melhor forma de organizar a sociedade.

a necessidade de imposição de ordens. A ênfase de Hayek no sistema de preços contrasta com a abordagem institucionalista original de Veblen, Commons e de institucionalistas que se tornaram keynesianos a partir de 1936. Outras “instituições” têm o mesmo papel atribuído por Hayek ao sistema de preços e podem agir de forma complementar a este sistema. Essa é justamente a posição teórica de Keynes. Em termos do debate do cálculo, é suficiente apontar que Hayek, incorporando parte da Revolução Keynesiana, passa a trazer dificuldades para os defensores do planejamento central.

O principal feito do debate sobre o cálculo econômico socialista foi ter traçado uma linha divisória muito nítida entre dois grupos que correspondiam às transformações econômicas reais que se abriram conforme o fim da hegemonia britânica e barbárie da Primeira Guerra Mundial. De um lado, estavam os economistas que acreditavam na organização da produção e distribuição socialista, de outro, aqueles que eram contra tal meandro econômico e apontavam muito refinadamente os problemas teóricos de uso dos recursos em um ambiente sem mercado, sem preços e sem propriedade privada.

Aqui, o alto nível de abstração possibilitou inclusive, como já foi dito, o uso dos modelos neoclássicos pelos socialistas para a construção de seu argumento de que, analiticamente, as economias centralmente planejadas e de mercado seriam idênticas. Barbieri (2004) destaca que as três escolas envolvidas no debate sobre o cálculo (a marxista, a austríaca e a neoclássica) encontravam pontos de contato e diálogo por possuírem um objeto definido em comum, mas que a linha de divisão sempre era “mercado” contra “planejamento central”, cuja contradição mais elevada correspondia a da polarização entre capitalismo e socialismo, contrapartida ideológica que se intensificaria com a Guerra Fria. A defesa do capitalismo, neste contexto, assumirá cada vez mais a apologia de um sistema inexistente na era do “capitalismo regulado”, isto é, o do *laissez-faire*, do qual os austríacos serão importantes referências, ainda que a própria economia mundial tivesse (e continue) com a feição “keynesiana”, justamente uma via alternativa ao *laissez-faire* e ao *planejamento central*.

O saldo do debate foi que, tomando emprestado o jargão militar, o socialismo de Lange obteve uma vitória tática porque demonstrou inicialmente que não há diferença, do ponto de vista abstrato ou da *economia pura*, entre uma economia administrada por planejamento central e outra conduzida pelo mercado livre puro. Essa é a chamada tese de “similitude formal”, o que significava uma derrota de Mises no campo teórico, enquanto o debate se deu em termos da ortodoxia pré-keynesiana. Nesta primeira fase, o problema passava a ser, como esperado, da passagem da abstração para a realidade, ou seja, a praticidade de tal forma de organização da produção e distribuição: como construí-la na prática? Esta questão aberta, que já era tateada pelos socialistas, se tornaria extremamente relevante a partir daí. Porém, com a revolução de Keynes, a emergência de uma terceira via teórica e aplicada, a vitória nas bases lançadas por Mises passava a ser minimizada, sobretudo por con-

ta da viabilidade de um sistema híbrido que passava a se configurar como a forma convencional de administrar o sistema econômico. O debate do cálculo, para poder continuar, precisaria incorporar aspectos dessa ruptura, e isso os austríacos fizeram com Hayek.

3 A Terceira Via De Keynes: O Tripé Justiça Social, Eficiência Econômica e Liberdade Individual

À primeira vista, pode parecer que o debate do cálculo econômico nos anos 1930 e 1940 teria sido tecnicamente ultrapassado, porque neste âmbito a economia mista é possível. Contudo, politicamente, ele representa extremos sem espaço para a conciliação, isto é, sem possibilidade de “caminho do meio”. Refletindo mais os contornos do início do século XIX do que das transformações industriais e financeiras do fim e do início do século XX. O debate é feito entre representantes do *laissez-faire* e do planejamento central em torno de hipóteses restritivas consideráveis dos dois lados: desde a suposição do papel dos preços no sistema econômico, até a capacidade/limites da administração estatal de toda a economia. Keynes não participou desse debate em particular, mas participou de debates similares em sua ação política, sobretudo, quando defendeu a renovação do Partido Liberal ante as alternativas do Partido Conservador e do Partido Trabalhista. Os extremos destes dois últimos remetem às posições assumidas pelos dois lados do debate do cálculo: adeptos do *laissez-faire* e os revolucionários. Consistente com a terceira via, Keynes dedica sua criação intelectual para superar essa oposição horizontal, elevando a saída equilibrada sobre três colunas: justiça social, eficiência econômica e liberdade individual.

O liberalismo clássico abre exceções para a intervenção estatal nos momentos de guerra, inclusive abrindo mão do equilíbrio orçamentário para financiar as inversões necessárias. O “novo liberalismo”²¹ de Keynes se pergunta por que não seria possível utilizar os mesmos instrumentos, ainda que com um menor grau de urgência e mobilização, em época de paz para promover os investimentos socialmente necessários. Em tempos de paz, o tripé da justiça social, eficiência econômica e liberdade individual poderiam ser conquistados, desde que um maior papel fosse designado ao Estado, isto é, uma maior responsabilidade econômica. Segundo o autor:

Nem sequer o desvio mais notável para a ação social centralizada em grande escala – a condução da última Guerra – encorajou os reformadores ou desfez preconceitos antiquados. Existe muito a ser dito, é verdade, de ambos os lados. **A experiência da Guerra na organização da produção socializada deixou os observadores mais próximos com**

²¹ Em contraste com o *laissez-faire* e com o planejamento central. Refere-se ao papel econômico do Estado, sem a pretensão de atribuir ao Estado toda a responsabilidade sobre a condução do sistema econômico. Resgatamos esta expressão a partir do posicionamento do autor em relação ao movimento trabalhista e conservador na Inglaterra.

um otimismo ansioso de reproduzi-la em condições de paz. O socialismo de guerra sem dúvida alcançou uma produção de riqueza numa escala muito maior do que a já conhecida em período de paz, pois, embora os bens e serviços produzidos se destinassem à extinção imediata e inútil, eles não deixavam de representar uma riqueza. Não obstante, a dissipação de esforços também foi prodigiosa, e a atmosfera de desperdício e de negligência com os custos era repugnante para os espíritos parcimoniosos e prudentes. [Keynes, 1926, p. 9, grifo nosso]

3.1 O “Novo Liberalismo” de Keynes

A posição política reformadora de Keynes²² de um “novo liberalismo” foi espelhada nas suas contribuições para a teoria econômica, sobretudo com a *Teoria Geral*. Como pode ser visto, Keynes é claro quanto à necessidade de se organizar o sistema econômico adequadamente, sendo a doutrina do *laissez-faire* insuficiente e o controle central indesejado:

[...] a teoria da produção como um todo, que é o que o livro propõe expor, seria muito mais facilmente adaptada às condições de um Estado totalitário do que a teoria da produção e distribuição de um volume dado em condições de livre-concorrência e uma ampla dose de *laissez-faire*. [Keynes, 1936 [1996], p.32, grifo nosso]

Os regimes autoritários contemporâneos parecem resolver o problema do desemprego à custa da eficiência e da liberdade. É certo que o mundo não tolerará por muito mais tempo o desemprego que, à parte curtos intervalos de excitação, é uma consequência — e em minha opinião uma consequência inevitável — do capitalismo individualista do nosso tempo. Mas pode ser possível curar o mal por meio de uma análise correta do problema, preservando ao mesmo tempo a eficiência e a liberdade. [Keynes, 1936 [1996], p.347, grifo nosso]

Neste sentido, considerar Keynes dentro das posições políticas dos autores envolvidos no debate do cálculo econômico socialista seria um equívoco, pois não faz jus ao próprio posicionamento do autor em matéria de teoria econômica. Ademais, o equívoco se agravaria tendo em vista a nitidez da posição política a partir de seus pronunciamentos acerca do colapso do *laissez-faire* e da ameaça tanto do nazismo, quanto da já formada União Soviética.

O entrelaçamento da posição política e teórica de Keynes é importante de ser destacado, pois seu ideal de reforma do sistema é construído com base na ex-

²² Keynes (1931), ver artigos de 1925 e 1926. Recuperamos a expressão “novo-liberalismo” para capturar a tentativa de Keynes de influenciar, do ponto de vista político, as diretrizes do Partido Liberal, e do ponto de vista econômico, a profissão do economista com uma nova teoria.

periência do mundo real, como: a instabilidade do nível de preços, o desemprego involuntário, o esforço de guerra, a Grande Depressão e a reorganização da economia global e das economias domésticas após a Segunda Guerra Mundial. Assim, entende-se, com base nas citações anteriores, porque Keynes minimiza a vantagem administrativa que o controle central traria para a implementação de sua teoria geral *vis a vis* a posição que o próprio autor defendia como desejável para a preservação de uma sociedade liberal e democrática.

Com referência ao debate do cálculo econômico socialista, portanto, é preciso ficar claro que Keynes representa uma *terceira via*. A terceira via política de seu “novo liberalismo” é também uma terceira via teórica e administrativa do sistema econômico.²³ Para assimilar alguns destes aspectos, cabe destacar a interlocução de Keynes com dois dos mais proeminentes personagens do debate: Friedrich Hayek e Oskar Lange.

Keynes era um polemista nato cujo pensamento incitou uma miríade de reações, tanto favoráveis quanto contrárias. Naturalmente, devido ao amplo campo de influência que ele criou em torno de si, é pertinente destacar, como assegura Moggridge (1976), que Keynes não era apenas economista²⁴. Por isso, toda análise de sua obra deve estar ciente do recorte em questão. Aqui, portanto, deve-se ter em mente que o atrito entre Hayek e Lange em um debate específico não abarca toda a dimensão do pensamento de Keynes.

Muito além de um acadêmico de formação vasta e profunda, Keynes foi principalmente um homem público que se envolveu por inteiro na vida política da época. Sendo membro do Partido Liberal, era regularmente convidado para visitar a *Downing Street*, residência oficial e sede do chefe do governo do Reino Unido, para expor suas ideias. Quando o Partido Conservador assumiu o poder em 1932, suas ideias de política heterodoxa fizeram com que o governo parasse de consultá-lo, embora o distanciamento já tivesse sido iniciado a partir da posição crítica de Keynes ao Tratado de Versalhes, em 1918.²⁵ Episódio que, aliás, o tornou uma figura pública de projeção internacional.

No final dos anos de 1920, ele voltou a sua atenção para a preparação de um novo livro, culminando com o *Tratado Sobre a Moeda*, em 1930, um livro especialmente importante para a tradição pós-keynesiana, com o qual, o próprio Keynes ainda mostrava certa insatisfação (com os livros III e IV). Em uma carta dirigida a Hayek, datada em 29 de março de 1932, ele escreveu: “Eu estou tentando reformar e melhorar minha posição central, e provavelmente há uma melhor maneira de usar

²³ Neste ponto, é possível afirmar da proximidade da teoria de Keynes a outras tradições socialistas, como: os fabianos, os socialistas como Proudhon e Gesell. Ver Dillard (1942) e Rosa (2016).

²⁴ De fato, Keynes concordava com Marshall de que a economia exige uma gama de habilidades que são difíceis de serem encontradas simultaneamente nos que exercem esta profissão.

²⁵ O texto crítico *The Economic Consequences of the Peace* sobre os acordos no Tratado de Versalhes contém as razões que Keynes apresentou para abandonar seu posto no governo (no British Treasury e como membro do conselho econômico). Sobre isso, ver Szmercsányi (1978).

meu tempo do que em uma controvérsia” (apud Caldwell, 1995, p. 173). Essa posição culminaria, em 1936, com a *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. O livro contou com estudos preparatórios, como verificado em *Essays in Persuasion* (1931) e artigos voltados especificamente para a *economia monetária da produção*, que sistematizaram os pensamentos de Keynes em torno de uma unidade teórica e que enfrentava o conceito de *economia monetária*.

A reação de Hayek ao *Tratado da Moeda* é a primeira tentativa de empurrar Keynes para os problemas de teoria econômica pura e, indiretamente, em relação ao modo de produção planejado. Desde 1923, Keynes já vinha defendendo a intervenção estatal na economia e criticando o *laissez-faire*, buscando construir um *novo liberalismo*. O que muda ao longo dos anos é que ele vai dar mais espaço ao Estado à medida que os problemas econômicos vão se modificando com a experiência histórica das guerras, da depressão e da reconstrução (Rosa (2016)). Tal como Mannheim (1944), Keynes vê que a solução para o colapso do liberalismo do tipo *laissez-faire* é a maior ação do Estado nas economias, inclusive, como a forma de preservar a sociedade liberal e democrática. Segundo o autor:

O problema político da humanidade é combinar três coisas: Eficiência Econômica, Justiça Social e Liberdade Individual. A primeira precisa de criticismo, precaução e conhecimento técnico; a segunda, de um espírito não egoísta e entusiasta que ama o homem comum; a terceira, de tolerância, espaço, apreciação das excelências de variedade e independência, as quais escolhem, acima de tudo, dar oportunidade irrestrita ao extraordinário e para o aspirante. O segundo ingrediente é o melhor atributo de grande parte do Proletariado. Mas o primeiro e o terceiro exigem as qualidades de uma parte que, por suas tradições e antigas simpatias, tem sido a casa do Individualismo Econômico e da Liberdade Social. [Keynes, 1931, p. 155]

A relação entre Keynes e Hayek, como salientado, é uma das mais discutidas em economia. Christiansen (1993) salienta que a reconstrução do debate original é bastante truncada, visto que eles se posicionavam apenas indiretamente em relação um ao outro. De toda forma, não é impossível apresentar em linhas gerais qual é o núcleo da diferença entre as duas correntes a partir de pesquisas já consolidadas.

Em sua análise da relação entre os dois, a qual acredita ser uma das mais importantes entre economistas do século XX, Wapshott (2011, p. 47), relata que Keynes e Hayek se encontraram pela primeira vez em 1928. Discutiram logo no primeiro encontro o papel da taxa de juros na economia e estavam mutuamente interessados nas suas ideias. Formaram uma amizade sem problemas, mesmo com as diferenças de abordagem. Nas próprias palavras de Hayek, “permanecemos amigos e tínhamos vários interesses em comum, apesar de que raramente concordássemos em economia” (Hayek, 1966). Posteriormente, Lionel Robbins convidou o austríaco para a *London School of Economics* com o intuito de se criar uma alternativa a Keynes em Cambridge, cujas ideias estavam começando a tomar forma em algo diferente da or-

toxia fiel à doutrina liberal clássica. O convite resultou em uma série de palestras e a eventual admissão de Hayek no quadro de professores desta faculdade em 1931.

zDe acordo com Moggridge (1976), Keynes dava bastante peso à intuição em relação à análise formal, e por isso esperava que os leitores supusessem corretamente premissas que, por serem evidentes, não eram explicitadas em seus textos. Isto explicaria as reações violentas à crítica de Hayek sobre seu *Tratado sobre a Moeda*. Moggridge (1976) relata que o exemplar pessoal de Keynes desta crítica de Hayek está cheio de anotações, onde se lê no fim: “Hayek não leu meu livro com a dose de ‘boa vontade’ que o autor tem o direito de esperar do leitor. Enquanto não o fizer, não saberá o que quero dizer nem se tenho razão” (*apud* Moggridge, 1976, p. 28).

Hayek trabalhou durante muito tempo em um modelo alternativo ao de Keynes, que só viria a ser publicado em 1941, com o título de *The Pure Theory of Capital*. Com a Segunda Guerra Mundial acontecendo, além do fato da revolução keynesiana estar ganhando fôlego e deste livro conter problemas de edição, a alternativa de Hayek foi considerada operacionalmente insuficiente para a solução dos problemas econômicos em jogo.

Posteriormente, quando Keynes faleceu, Hayek afirmou que para o bem ou para o mal, Keynes havia se tornado o economista mais influente da época. Apesar da incompatibilidade de proposições políticas e econômicas, a admiração era recíproca: antes de morrer, de acordo com Lambert (1963), Keynes escreveu uma carta a Hayek comentando o livro *O Caminho da Servidão* de 1944 em que afirmava que “moral e filosoficamente” concordava com a obra de seu adversário intelectual. Mas em relação à ideia de que o planejamento não poderia ser eficaz, Keynes discordava claramente da posição do austríaco, ao escrever que “você [Hayek] subestima a praticidade do meio-termo [entre mercado e planejamento]” (*apud* Lambert, 1963). O “socialismo de guerra”, tal como Keynes se refere²⁶, isto é, a intervenção do Estado na economia como guia de decisões e executor de algumas decisões de gasto (não de todas), havia demonstrado a superioridade deste arranjo em relação à economia dominada pela filosofia do *laissez-faire*. Porém, não implicava defesa do planejamento central. Keynes, enquanto liberal e reformador do liberalismo, vê mais espaço para a ação do Estado (e não apenas Estado).

Os controles centrais necessários para assegurar o pleno emprego exigirão, naturalmente, **uma considerável extensão das funções tradicionais de governo**. A par disso, a própria teoria clássica moderna chamou a atenção sobre as várias condições em que pode ser necessário refrear ou guiar o livre jogo das forças econômicas. Todavia, **subsistirá ainda uma grande amplitude, que permita o exercício da iniciativa e responsabilidade privadas**. Nesse domínio, as vantagens tradicionais do individualismo continuarão ainda sendo válidas. Paremos um momento para recordar essas vantagens. Em parte são vantagens de eficiência — as vantagens da descentralização e do jogo do interesse

²⁶ Expressão utilizada em Keynes (1926) para se referir à condução do esforço de guerra pelo Estado.

pessoal. Do ponto de vista da eficiência, as vantagens da descentralização das decisões e da responsabilidade individual são talvez maiores do que julgou o século XIX, e a reação contra o atrativo do interesse pessoal talvez tenha ido demasiado longe. Porém, acima de tudo, o individualismo, se puder ser purgado de seus defeitos e abusos, é a melhor salvaguarda da liberdade pessoal, no sentido de que amplia mais do que qualquer outro sistema o campo para o exercício das escolhas pessoais. É também a melhor salvaguarda da variedade da vida, que desabrocha justamente desse extenso campo das escolhas pessoais, e cuja perda é a mais sensível de todas as que acarreta o Estado homogêneo ou totalitário. [Keynes, 1936 [1996], p.345, grifo nosso]

Em relação à resenha ao *Tratado sobre a Moeda*, um ponto nos interessa: ao responder a crítica de Hayek, Keynes afirmou que algumas ideias estavam ainda em desenvolvimento e que ele estava tentando trazer o resto do trabalho à sua nova visão (Caldwell, 1995, p. 172-173). Apesar de haver uma comunicação presente entre os lados, Wapshott (2011, p. 96-101) afirma que foram abertos muitos espaços para a construção de desentendimentos no debate conseguinte.

Moggridge (1976, p. 70-72), de forma similar aponta diversas explicações para as mudanças de Keynes em relação à teoria exposta no *Tratado sobre a Moeda*. Além das críticas efetuadas por Hayek e Dennis Robertson, houve debates subsequentes com os economistas em Cambridge que abriram espaços para revisões no tratado, como também conta Blaug (1990, p. 7). Isto teria conduzido Keynes a reelaborar suas ideias em direção àquilo que viria a ser a *Teoria Geral* em um processo de aperfeiçoamento e organização dos principais raciocínios que revolucionaria a teoria econômica no século XX.²⁷

Skidelsky (1999), por sua vez, salienta que aos poucos, por meio de palestras e ajustes, Keynes foi se aproximando da resposta à indagação sobre o que determina o volume da produção em uma economia monetária e assim trilhando o caminho do *Tratado sobre a Moeda* à *Teoria Geral*. Desta forma, “as unidades fundamentais de *A Teoria Geral* de Keynes - consumo, investimento, renda e produto - começaram a emergir das ruínas de algumas definições do *Tratado*” (Skidelsky, 1999, p. 90).

Rosa (2016), por sua vez, defende que as mudanças entre as obras de Keynes, por mais que aprimoramentos tenham ocorrido com o tempo, refletem a aplicação da mesma teoria monetária do autor a diferentes problemas econômicos, tal como eles iam emergindo ao longo das décadas de 1920, 1930 e 1940. Por isso, as recomendações de políticas econômicas e o espaço para a ação do Estado podem diferir, a depender da intensidade do problema em particular²⁸. Após a publicação do *Trata-*

²⁷ É importante destacar que a evolução do *Tratado* até a *Teoria Geral* é um momento crucial cuja análise atenta não cabe neste artigo. Sobre este período de mudança no pensamento de Keynes, ver Moggridge (1976), capítulo 5, p. 70-89, e Skidelsky (1999), capítulo 4, principalmente páginas 87-95.

²⁸ A primeira vista, a ênfase na política fiscal da *Teoria Geral* poderia contrastar com a ênfase na política monetária do *Tratado*. No entanto, considerando os problemas diferentes sendo tratados (instabilidade de preços x depressão econômica), fica nítida a mudança da ênfase na recomendação política.

do, Keynes vai difundir suas ideias e utilizar a estrutura teórica deste livro com mais liberdade para interpretar os problemas da, agora, Grande Depressão. Suposições sobre a variação do nível do produto foram eliminadas frente ao colapso da crise econômica. Esse enriquecimento da experiência permitiu que Keynes apresentasse uma versão mais abrangente da teoria do *Tratado*, a *Teoria Geral*.

O debate que sintetiza o movimento do *Tratado sobre a Moeda à Teoria Geral* continua, porém, um ponto crítico levantado por Hayek que não havia sido contornado pelas melhorias e esclarecimentos efetuados por Keynes. De fato, ele está bastante presente na *Teoria Geral*: a agregação de variáveis. Hayek afirma que a definição de lucro de Keynes “serve bem para lucros individuais, mas se torna errônea quando é aplicada para os empreendedores como um todo”, além de ocultar os mecanismos fundamentais do processo econômico (Hayek, 1931). Isto porque na *Teoria Geral*, parece que o desencaixe estrutural entre os investimentos individuais e a reprodução física total do sistema são solucionados de antemão pelo uso de agregados.

Keynes já havia apontado que Hayek não havia percebido o caráter dinâmico do funcionamento das identidades, e que ao criticá-lo simplesmente estava dizendo que o Investimento não seria igual à Poupança. No *Tratado*, Keynes considera que o Investimento é igual à Poupança dos fatores de produção mais os Lucros dos empresários. Na *Teoria Geral*, Keynes apresenta a mesma relação, mas não a desagrega, e passa a falar apenas de Investimento igual à Poupança, subentendido o mesmo ponto do *Tratado*, ou seja, que a Poupança é a poupança dos fatores de produção mais o lucro dos empresários. A análise de Keynes no *Tratado* e na *Teoria Geral* continua mantendo a mesma construção teórica e o mesmo caráter dinâmico. Nada é resolvido de antemão, porém, a Renda é uma variável que “varia” na *Teoria Geral*.

É interessante notar que a questão da justificativa metodológica da agregação das variáveis não se tornou o foco do debate posterior, nem no debate subsequente entre Hayek e Sraffa. Talvez por isso a solução imediata do problema da agregação tenha se tornado um dos pilares da macroeconomia tradicional, sem contar, da própria Contabilidade Social: o tratamento das variáveis consumo e investimento, como agregados permite a fácil formulação de esquemas econômicos abstratos para a elaboração de políticas econômicas.²⁹ E, curiosamente, essa prática agregativa acaba sendo um recurso metodológico relevante na elaboração de um planejamento central rigoroso, como atestam os diversos modelos de programação econômica de nível alto de abstração, apresentados, por exemplo, no clássico *Linear Programming and Economic Analysis* de Dorfman, Samuelson e Solow (1958).

²⁹ Garrison (2005), p. 503, mostra que, de acordo com a macroeconomia austríaca argumenta, é possível fazer modelos desagregados. O problema da agregação, eixo central para a formulação básica do conceito de renda ou riqueza abstrata encaminhou para ser solucionado idealmente pelo modelo de Sraffa (1960) com a construção da mercadoria-padrão, anos após o debate inicial. Esta é uma linha que já se afasta do campo de debate analisado neste artigo, pois abre a arena mais aguda: a teoria do valor.

Em resumo, Keynes e Hayek incorporaram posições antagônicas em relação à teoria econômica, mas partilhavam de valores semelhantes, como liberdade individual e racionalidade na complexidade. Especificamente sobre o planejamento econômico, como foi afirmado acima, é notório que enquanto Keynes achava ser possível, desejável e positiva sua realização, sobretudo frente à realidade dos esforços de guerra, Hayek imaginava que sua implementação seria o início do fim da sociedade livre que fora formada com tanto custo ao longo de séculos de civilização.

Expressando-se diretamente em relação a este ponto, Keynes, no dia 14 de Março de 1932, como participante de uma série sobre Estado e indústria em um programa radiofônico, fala sobre o conceito de “planejamento estatal” e tenta explicar esta nova ideia que está no ar causando tanto medo entre os adeptos do auto-proclamado “mundo livre”:

É chamado de planejamento - planejamento estatal [...] Não é socialismo, não é comunismo. Podemos aceitar a vantagem e até mesmo a necessidade de planejamento sem ser um comunista, um socialista ou um fascista. (Keynes (1932)).

Sucintamente, Keynes, diferentemente de Hayek, acreditava que o Estado tinha um papel maior para garantir aquele tipo de liberdade que ambos autores almejavam e defendiam. O alerta principal do economista britânico era o de que, sem esse quadro institucional que regresse adequadamente a lógica de mercado, a sociedade baseada na propriedade privada e nas trocas estaria fadada ao declínio. Portanto, o planejamento econômico (entendido não como central, mas como cooperação do Estado com a livre iniciativa), se conduzido pela classe política atenta aos desafios do tempo, seria uma alternativa positiva aos problemas econômicos de então.

Assim sendo, fora a necessidade de um controle central para manter o ajuste entre a propensão a consumir e o estímulo para investir, **não há mais razão do que antes para socializar a vida econômica** [Keynes, 1936 [1996], p.346]

Se tenho razão em supor que é relativamente fácil tornar os bens de capital tão abundantes que sua eficiência marginal seja zero, **este pode ser o caminho mais razoável para eliminar gradualmente a maioria das características repreensíveis do capitalismo.** [Keynes, 1936 [1996], p.216]

3.2. Conhecimento, incerteza e o “problema da informação”

Diferentemente desta relação rica com o Hayek, Keynes nunca se encontrou pessoalmente com Oskar Lange. Porém eles chegaram a trocar cartas durante a controvérsia sobre os métodos econométricos, em que o autor da *Teoria Geral* “tinha uma opinião moderadamente boa” do polonês, segundo Louçã (1999). Adepto do materialismo histórico, Lange participou da interpretação do sistema de Keynes.

Ele chegou a elaborar um modelo keynesiano-walrasiano da economia, um ano após Hicks ter formulado o IS-LM, em um artigo intitulado *The Rate of Interest and the Optimum Propensity to Consume*.³⁰

Lange também fez interpretações contestáveis da obra de Keynes, afirmando que o conceito de preferência pela liquidez já estava presente em Walras. Embora seu modelo e suas observações fossem publicados após o IS-LM, sua visão sobre a economia keynesiana poderia ser considerada mais próxima à síntese neoclássica. Por isso, o “Keynes de Lange” era divulgado “sem um entendimento completo da ruptura de Keynes com a ortodoxia” (Olesen, 2006). Lange, ao que parece indicar, estava mais interessado em fazer com que a teoria de Keynes se adaptasse aos seus próprios escritos.³¹

Aparte dessa tentativa de Lange de dar um viés walrasiano à teoria de Keynes houve outra controvérsia em que eles se envolveram. Keynes não era simpático ao nascente desenvolvimento da econometria.³² Segundo Toporowsky (2012), o argumento de Keynes era que “métodos estatísticos não podiam refutar teorias, porque sempre havia uma possibilidade que um teste qualquer de correlação fosse erroneamente especificado.” Ele advertiu que “o propósito principal do método era descobrir, nos casos em que o economista analisou corretamente de antemão o caráter qualitativo das relações causais, com a força que elas operam.” (Keynes, 1940). Keynes também punha em dúvida a capacidade de um fenômeno tão complexo quanto o ciclo econômico ser quantificado em um modelo econométrico.

³⁰ Louçã (1999) escreve que “muitos economistas compartilhavam da visão da *Teoria Geral* e tentavam formalizar em um modelo exato, ignorando as hesitações de Keynes em relação à formulação matemática de teorias econômicas.” Para os pós-keynesianos, este tipo de leitura da teoria de Keynes eliminou todo conteúdo revolucionário contido na refutação da lei de Say, tanto na *Teoria Geral*, quanto em outros textos mais claros sobre esse ponto, como por exemplo no *A Monetary Theory of Production* e *The distinction between a co-operative economy and an entrepreneur economy*.

³¹ Para mais detalhes ver Olesen (2006) e Toporowski (2012). Joan Robinson, ao comentar sobre o artigo de Lange, escreveu que “[era] tolice [tentar adaptar Keynes à teoria clássica], mas formalmente correto” (Robinson apud Keynes (1979), vol. 29, p. 169). Schumpeter, por outro lado argumenta consoante a Lange que “a análise keynesiana da *Teoria Geral* não passa de um caso especial da teoria geral de Walras.” (Schumpeter (1954), p. 1082). A ruptura de Keynes com a tradição ortodoxa que trabalha com o aceite da Lei de Say é extremamante enfatizada pelos pós-keynesianos, como Carvalho (1992), que recuperam ideias embrionárias em Keynes (1933). Este seria o elemento mais revolucionário da teoria de Keynes e que é sempre encoberta e esquecida quando se tenta juntar Keynes com a escola neoclássica, justamente o feito de Hicks, aqui-inimigo da corrente pós-keynesiana. Segundo Letiche (1971), Lange também acreditava que a teoria keynesiana do desemprego poderia explicar as teorias neo-marxistas de imperialismo.

³² A controvérsia entre Keynes e Tinbergen se iniciou quando o primeiro fez uma resenha criticando o livro publicado por Tinbergen sob os auspícios da Liga das Nações, *A Method and its Application to Investment Activity* de 1939. Keynes critica o método de Tinbergen para estabelecer correlações entre variáveis, pois elas não permitiriam estabelecer relações de causalidade ou rejeição estatística sem esbarrar em vários problemas metafísicos, de ordem filosófica insolúvel. Estes problemas seriam aqueles referentes à incerteza e subjetivismo. A discussão sobre como responder ao questionamento de Keynes influenciou os métodos econométricos contemporâneos. Sobre isso, ver Pesaran & Smith (1985), Louçã (1999).

Enquanto isso, a economia política de Oskar Lange faz um uso bem extensivo dos métodos quantitativos, sem que a análise qualitativa seja posta de lado. Aliás, Lange parece ser um dos poucos economistas que capturou a problemática da qualidade e quantidade na teoria do valor, algo que começou a ser resolvido por Karl Marx e que permitiu o avanço do programa da Crítica da Economia Política em direção aos métodos quantitativos.

Com isso, é possível concluir que o diálogo de Keynes com Lange não se relacionava com o problema do cálculo econômico diretamente, mas sim com uma faceta da controvérsia principal com Tinbergen sobre os métodos econométricos. Curiosamente, os austríacos têm também aversão à econometria devido, de um lado, à sua crítica ao Equilíbrio Geral e ao reducionismo neoclássico e, de outro, à sua ênfase na complexidade das ciências sociais, que tornariam relações econométricas espúrias, principalmente em relação às previsões (Rizzo, 1978).

Mas existe uma diferença na forma como Keynes se afasta dos modelos matemáticos: para ele, a limitação das análises e dos modelos de previsão econômica se deve ao não reconhecimento do processo cumulativo de determinação da dinâmica econômica. A incerteza, enquanto elemento central da economia monetária da produção torna a realização de cálculos com esses fins uma tarefa muito complexa. E este parece ser o vínculo mais óbvio sobre onde colocar Keynes no debate sobre o cálculo econômico socialista, visto que os austríacos também se preocupam com os conceitos de informação e incerteza.

Keynes tinha uma sólida formação matemática e estatística e possuía uma teoria própria sobre probabilidade (ver seu livro *A Treatise on Probability* de 1921). Para ele, era claro o quanto a *incerteza* poderia influenciar a dinâmica da economia, pois as expectativas de curto e longo prazo sobre um futuro, para o qual *inexiste informação* prévia, limitam a capacidade de cálculo dos tomadores de decisão. Mais do que isso, a inexistência de informação sobre o futuro torna central o papel das opiniões do que será o futuro, das convenções, do estado da confiança no pouco que se sabe do presente e do passado e que se extrapola para o futuro. Nas suas próprias palavras, “Temos, como regra, apenas a mais vaga ideia das consequências mais diretas de nossos atos” (Keynes, 1937), e quanto mais distante for o horizonte de ação considerado, mais incertos serão os resultados. Ou seja, eles estão sujeitos à incerteza: não há base científica em como calcular eventos como “o preço do cobre e a taxa de juros de daqui a vinte anos, ou quando uma invenção deve virar obsoleta, ou a posição dos detentores de riqueza privada” (idem). Como colocam Butos e Koppl (1997), “ele [Keynes] não acreditava que empreendedores podiam simplesmente fazer uma lista contendo cada possibilidade futura, atribuir uma probabilidade para cada item da lista e então calcular um valor esperado”. Logo, maximizar a alocação de recursos é uma situação incompatível com uma economia que opera com desconhecimento do conjunto de possibilidades.

O *animal spirit*, expressão dos desejos ulteriores dos investidores em busca de lucros, estão presente nas estruturas de uma economia monetária de

produção e tornam o mercado inerentemente instável. A incerteza quanto ao futuro enfraquece o papel do cálculo econômico abrindo espaço para o impulso humano na tomada da decisão, que de outra forma seria “racional” para a *economia pura*. Esta visão do agente que faz a decisão do investimento retira completamente a base de cálculo ou de estudo das condições objetivas da demanda efetiva: para Keynes, o possuidor de dinheiro não está preocupado em conhecer as condições do mercado. O detentor da riqueza abstrata, do dinheiro, da liquidez absoluta, do poder social de conversão de valor em mais valor não busca se esclarecer sobre a demanda que efetivará seu ciclo de expansão. Isto seria um problema, Keynes defende, do Estado. Neste sentido, podemos perceber que o problema do cálculo em Keynes tem duas dimensões: a do indivíduo que tem que se arriscar na tomada de decisão sem conhecer o futuro por impossibilidade da própria passagem do tempo; e o de uma instância responsável por manter certo nível de demanda efetiva, já que não há razão alguma para se supor que este nível será ótimo naturalmente.

Para Keynes, a taxa de juros decorre do próprio espírito positivo do investidor, e parece que não existem condições objetivas que permitem o cálculo de ajuste individual às demandas sociais. Na perspectiva usual, não keynesiana, o investidor é tido como um analista pontual que coleta as informações sobre o mercado em que quer atuar, faz cálculos, projeções, baseados nesta análise conjuntural e partir deste ponto decide sobre o investimento.

Em contraste, para Keynes mesmo fazendo essa coleta, o quadro para tomada de decisão é incompleto: não há coleta de informações sobre o futuro (as mais importantes), o investimento passa a ser um ato especulativo, um momento de fragilidade enquanto configura-se como um salto da liquidez para uma posição menos líquida, cuja contrapartida seria a expectativa de um retorno maior que a taxa de juros referente ao ativo líquido vendido (Carvalho, 1992; Ferrari, 1991). A única tarefa é a comparação entre a taxa de juros (conhecida) e a eficiência marginal do capital (esperada, subjetiva, sujeita à incerteza) do projeto (Rosa e Camarinha Lopes (2016)). Essa característica da tomada de decisões em economias reais (*impuras*) tornam as decisões sobre riqueza e investimento voláteis e instabilizam a dinâmica econômica. Aqui entraria o Estado, na tentativa de criar convenções para diminuir a instabilidade e favorecer a tomada de decisões ordenadas, contribuindo para o desenvolvimento da estrutura de capital da economia, isto é, fazendo a transição da economia da escassez para a da abundância.

A efetuação do investimento em sua determinação concreta, ou seja, em sua expansão produtiva e resultante em uma oferta específica, não é uma função do investidor, mas do Estado. É por aqui que se pode perseguir a noção de socialização dos investimentos em Keynes: um capitalismo coordenado de determinada maneira, no qual o problema do cálculo para o produtor individual se reduziria consideravelmente, permitindo montantes maiores de investimento e produção.

Neste sentido, a noção de incerteza de Keynes parece ser compartilhada

por Hayek, colocando os austríacos em proximidade com os pós-keynesianos e schumpeterianos. O próprio conceito de incerteza parece engendrar uma potencial base comum entre Keynes e Hayek, embora a precisão do termo faça surgir novas discrepâncias entre os dois, como fica evidente pela apresentação de Angeli (2007) sobre a incerteza em Hayek. Já Barbieri (2012) destaca que o debate recente sobre o cálculo econômico socialista retomado por adeptos do socialismo de mercado retorna aos mesmos problemas já identificados por Hayek em relação ao problema de conhecimento: os modelos de mimetização do processo espontâneo de descoberta descentralizada não consideram a natureza dos erros de cálculo de maneira adequada.

Mas então, em que medida o conhecimento em posse do agente no mercado aproximaria a posição de Keynes da de Hayek? Esta seria uma pergunta paralela que, ainda que esclareça fundos metodológicos similares entre os dois autores, não resolve nossa questão, visto que Keynes continuaria sem uma posição definida.

Assim, reconhecendo que a incerteza é insuperável, Keynes não chega a entrar no debate do cálculo, pois parece embutir em sua teoria um Estado responsável por evitar a frustração dos investimentos individuais, ou melhor, por obrigar de fato os investidores a arcarem com escolhas erradas de investimento. Ou até mesmo com escolhas corretas, mas cujo resultado, por fatores imprevisíveis da realidade temporal, foram negativos. Por outro lado o significado dos preços e a dinâmica de ajuste entre oferta e demanda no mercado são cruciais na reflexão de Keynes sobre o sistema econômico administrado de forma a evitar as mazelas do *laissez-faire*.

De fato, Carvalho (2008) já havia tocado na questão sobre onde Keynes estaria no debate, mas sua resposta se mostra insuficiente para esgotar a questão. Ele argumenta que o problema para Keynes era completamente diferente da questão em que se envolveram Mises, Hayek e Lange, o que fortalece a ideia de que o motivo principal para sua não participação no debate estivesse pautado em sua própria visão teórica. Certamente, “o problema do capitalismo, segundo Keynes, não é a alocação, mas a mobilização de recursos” (Carvalho, 2008), pois o que interessa é o emprego dos fatores para a produção de *quaisquer valores de uso que se realizem no mercado*, enquanto mercadorias.

Ocorre que o debate sobre o cálculo econômico socialista não se limita aos problemas do capitalismo. É um problema de política normativa subordinado às leis econômicas gerais. Entre aqueles que pretendem construir um sistema para além do capitalismo, ele pretende identificar problemas e soluções de transição para um modo de produção diferente, não capitalista, em que os valores de uso produzidos sigam a vontade da população trabalhadora, e não dos produtores capitalistas. Para aqueles que visam manter a organização econômica em torno da propriedade privada, por outro lado, ele é útil para demonstrar as dificuldades dessa transição e para ilustrar que toda tentativa de criação de um sistema com propriedade coletiva está fadada ao fracasso. Mas e a Terceira Via?

A mobilização dos recursos aludida por Carvalho (2008) pode atender o princípio da eficiência econômica, mas em si mesmo não tem compromisso com justiça social e liberdade individual, não correspondendo, portanto, ao tripé que supostamente o novo-liberalismo de Keynes advogava. A Terceira Via de Keynes, portanto, contaria com o Estado e com a livre iniciativa do mercado, dividindo a responsabilidade pela performance econômica. No entanto, essa mudança necessária no capitalismo transforma o sistema, pois além de garantir a busca de eficiência econômica circunscrita à lógica de expansão de valor infinita (pleno emprego de homens e máquinas), é de seu *modus operandi* atrelar a expansão econômica com a melhoria das condições de vida da população.

4 Considerações Finais

Keynes está disposto a ceder parte da liberdade individual, afastando seu caráter desagregador, para atingir uma economia mais eficiente e socialmente justa, compatível com uma sociedade democrática e livre. Esta disposição não é aceita por Hayek que, trabalhando com problemáticas similares às que levaram Keynes a defender a ação Estatal, vai sacrificar a eficiência econômica do sistema e a justiça social em favor da liberdade do indivíduo. Para Keynes, isso seria uma ameaça à própria ordem social existente.

Do ponto de vista do planejamento central, abstratamente, é possível atingir os três pilares propostos por Keynes, mas na prática não existe garantia, haja vista a concentração do poder necessária para a implementação do plano. Assim, a terceira via de Keynes fornece os meios teóricos para se atingir eficiência econômica, justiça social e liberdade individual sem mudanças radicais da ordem econômica em que vivemos. Agora, se o movimento real histórico da luta de classes permitirá esse processo de transição gradual ou levará a outro desfecho é uma outra questão.

Alguns países tiveram maior sucesso do que outros na implementação destas ideias, mesmo frente à guinada neoliberal dos anos de 1980 e o colapso da União Soviética. Contudo, a pressão política é que definirá se os três pilares serão seguidos ou quais devem ser enfatizados em detrimento dos demais. Considerando a realidade histórica da disputa entre sistemas econômicos que refletem em plano prático o debate teórico sobre o cálculo econômico socialista, Keynes parece julgar que a Terceira Via incorpora a “saída elegante” para o paradigma da conciliação impossível entre planificação e *laissez-faire*. Dessa maneira é possível concluir com relativa segurança que, apesar de não ter participado diretamente do debate sobre o cálculo econômico socialista nos termos em que foi conduzido formalmente, Keynes possui uma perspectiva própria sobre o problema que não pode ser desconsiderada quando se contempla a controvérsia em toda sua dimensão.

Referências

- ANGELI, E. (2007). Incerteza e moeda privada: uma visão da proposta de Hayek. *Revista Análise Econômica*, ano 25, no. 47, pp. 63-83.
- Barbieri, F. (2004). *História do Debate do Cálculo Socialista*. São Paulo, tese apresentada à Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, 293f.
- ANGELI, E. (2012). A Retomada do Debate do Cálculo Econômico Socialista: Economia da Informação, Escolha Pública e a Crítica Austríaca. *Estudos Econômicos*, vol. 42, no. 2, p. 401-427. **crossref**<https://doi.org/10.1590/s0101-41612012000200007>
- Bas, D. S. (2011). Hayek's Critique of 'The General Theory': A New View of the Debate between Hayek and Keynes. *Quarterly Journal of Austrian Economics*, vol. 14, no. 3, p. 288-310.
- Blaug, M. (1990). *John Maynard Keynes: Life, Ideas, Legacy*. London: Macmillan. **crossref**<https://doi.org/10.1007/978-1-349-20952-1>
- Boettke, P. J. (1995). Why are there no austrian socialists? Ideology, science and the Austrian School. *Journal of the History of Economic Thought*, 17, p. 35-56. **crossref**<https://doi.org/10.1017/S1053837200002285>
- Burczak, T. (2006). *Socialism After Hayek*. Ann Arbor: University of Michigan Press. **crossref**<https://doi.org/10.3998/mpub.93585>
- Butos, W. e Koppl, R. (1997). The Varieties of Subjectivism: Keynes and Hayek on Expectations. *History of Political Economy*, 29 (2), p. 327-359. **crossref**<https://doi.org/10.1215/00182702-29-2-327>
- Caldwell, B. (1995). *Contra Keynes and Cambridge: Essays, Correspondence*. Chicago: Chicago University Press.
- Caldwell, B. (1997). Hayek and Socialism. *Journal of Economic Literature*, vol. 35, p. 1856-1890.
- Caldwell, B. (1998). Why Didn't Hayek Review *General Theory*? *History of Political Economy*, 30 (4), p. 545-569. **crossref**<https://doi.org/10.1215/00182702-30-4-545>
- Caldwell, B. (2004). *Hayek's Challenge: An Intellectual Biography of F. A. Hayek*. Chicago: The University of Chicago Press.

Carvalho, F. C. (1992). *Mr Keynes and the Post-Keynesians*. England: Edward Elgar.

Carvalho, F. C. (2008). Equilíbrio fiscal e política econômica keynesiana. *Revista Análise Econômica*, Porto Alegre, vol. 26, no. 50, p. 7-25.

Coyne, C. J., Leeson, P. T., Boettke, P. J. (2005). Hayek vs. The Neoclassists: Lessons From The Socialist Calculation Debate. In: Barry, N., Garrison, R., eds., (a ser publicado). *Elgar Companion to Hayekian Economics*. Cheltenham: Edward Elgar.

Christainsen, G. (1993). What Keynes really said to Hayek about planning. *Challenge*, vol. 36, no. 4, pp. 50-53. **crossref**<https://doi.org/10.1080/05775132.1993.11471679>

Dorfman, R.; Samuelson, P. e Solow, R. (1958). *Linear Programming and Economic Analysis*. McGraw – Hill Kogakusha, LTD.

Engels, F. ([1891] 1975). *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. Lisboa, Editorial Avante.

Feijó, R. (2000). *Economia e Filosofia na Escola Austríaca: Menger, Mises, Hayek*. São Paulo: Nobel.

Ferrari Filho, F. (1991). Os “Keynesianos” Neoclássicos e os Pós-Keynesianos. *Ensaaios FEE*, Porto Alegre, vol. 12, no. 2, pp. 340-348.

Freeman, S. (2001). Iliberal Libertarians: Why Libertarianism is not a Liberal View. *Philosophy & Public Affairs*. Vol. 30, no. 2, p. 105-151. **crossref**<https://doi.org/10.1111/j.1088-4963.2001.00105.x>

Fukuyama, F. (1992). *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco.
Garrison, R. (2005). The Austrian School. In: Snowdon, B. & Vane, H. A. (2005). *Modern Macroeconomics: Its Origins, Development and Current State*. Cheltenham: Edward Elgar.

Hayek, F. (1931). Reflections on the Pure Theory of Money of Mr. J. M. Keynes - Part One. *Economica*, n. 33, p. 270-295. **crossref**<https://doi.org/10.2307/2548035>

Hayek, F. (1937). Economics and Knowledge. In: Hayek, F. (1980). *Individualism and economic order*. Chicago: University of Chicago Press.

Hayek, F. (1945). The Use of Knowledge in Society. In: _____. (1980) *Individualism and economic order*. Chicago: University of Chicago Press.

- Hayek, F. (1966). Personal Recollection Of Keynes and the Keynesian Revolution. *The Oriental Economist*, 34(663), p. 78-80. In Caldwell (1995).
- Keynes, J. M. ([1919] 2002). *As Conseqüências Econômicas da Paz*. São Paulo: Editora Universidade de Brasília.
- Keynes, J. M. (1921). *A Treatise on Probability*. London: Macmillan.
- Keynes, J. M. ([1925] 1972). Am I a Liberal? In: Keynes, *Essays in Persuasion*, The Royal Economic Society, Cambridge, 1972.
- Keynes, J. M. [1926] 1972) The End of Laissez-Faire. In: Keynes, *Essays in Persuasion*, The Royal Economic Society, Cambridge, 1972.
- Keynes, J. M. ([1930] 1972) Economic Possibilities for Our Grandchildren. In: Keynes, *Essays in Persuasion*, The Royal Economic Society, Cambridge, 1972.
- Keynes, J. M. (1931). A Pure Theory of Money: A Reply To Dr. Hayek. *Economica*, 11(34), p. 387-397. In: Caldwell (1995). **crossref**<https://doi.org/10.2307/2549192>
- Keynes, J. M. (1932). Broadcast on state planning. In: *JMKCW* [John Maynard Keynes Collected Writings], XXI, p. 84-92.
- Keynes, J. M. ([1936] 1992). *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo: Atlas.
- Keynes, J. M. (1933). A Monetary Theory of Production. In: *The Collected Writings of John Maynard Keynes*. CW: vol. XIII, pg. 408-411.
- Keynes, J. M. (1937). The General Theory of Employment. *The Quarterly Journal of Economics*, 51(2), p. 209-223. **crossref**<https://doi.org/10.2307/1882087>
- Keynes, J. M. (1979). The General Theory and After: A Supplement. *The Collected Writings of John Maynard Keynes*, editado por D. E. Moggridge. London: Macmillan.
- Kirzner, I. (1988). The Economic Calculation Debate: Lessons for Austrians. *Review of Austrian Economics*, 2(1), p. 1-18. **crossref**<https://doi.org/10.1007/BF01539296>
- Jaffé, W. (1976). Menger, Jevons and Walras de-homogenized. *Economic Inquiry*, vol 14, no. 4, pp. 511-524. **crossref**<https://doi.org/10.1111/j.1465-7295.1976.tb00439.x>
- Lambert, P. (1963). *The social philosophy of John Maynard Keynes*. *Annals of Public and Cooperative Economics*, vol. 34, p. 483-515. **crossref**

- Lange, O. (1936). On the Economic Theory of Socialism: Part One. *The Review of Economic Studies*, vol. 4, no. 1, pp. 53-71. **crossref**<https://doi.org/10.2307/2967660>
- Lange, O. (1962). *Introduction to Econometrics*. Oxford: Pergamon Press.
- Lenin, V. ([1918] 2010). *O Estado e a Revolução*. São Paulo: Expressão Popular.
- Letiche, J. M. (1971). Soviet Views on Keynes: A Review Article Surveying the Literature. *Journal of Economic Literature*, 9(2), p. 442-458.
- Loasby, B. J. (1991). The Austrian School. In: Mair, D. e Miller, A. G. (Eds). *A modern guide to economic thought*. Aldershot: Edward Elgar.
- Louçã, F. (1999). The econometric challenge to Keynes: Arguments and contradictions in the early debates about a later issue. *The European Journal of the History of the Economic Thought*, 6(3), p. 404-438. **crossref**<https://doi.org/10.1080/10427719900000074>
- Marx, K. ([1890-1891] 1973). Kritik des Gothaer Programms. Escrito em 1875 e publicado originalmente em *Neue Zeit*, 1890-1891. In: *Marx-Engels Werke*, vol. 19. p. 13-32. Versão em português (Crítica do Programa de Gotha) disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1875/gotha/index.htm>. [15/06/2012].
- Menger, C. ([1871] 1986). *Princípios de Economia Política*. São Paulo: Nova Cultural.
- Mises, L. von (1920). Die Wirtschaftsrechnung im Sozialistischen Gemeinwesen. *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*, vol. 47, p. 86-121.
- Mises, L. von ([1920] 1935). Economic Calculation in the Socialist Commonwealth. In: Hayek, F.A. (1935). *Collectivist Economic Planning*, London.
- Moggridge, D. E. (1976). *As idéias de Keynes*. São Paulo: Editora Cultrix.
- Olesen, F. (2006). *Lange and his 1938-contribution – An early Keynesianism?* Department of Environmental and Business Economics, Working paper, n. 74, University of Southern Denmark, Esbjerg.
- Pesaran, H. & Smith, R. (1985). Keynes on Econometrics. In: Lawson, T. & Pesaran, H. (1985). *Keynes' Economics: Methodological Issues*. London: Croom Helm, p. 101-114.
- Plumptre, A. F. W. (1947). Keynes in Cambridge. *Canadian Journal of Economics and Political Science*, 13 (3), p. 366-371. **crossref**<https://doi.org/10.2307/137762>

- Rizzo, M. (1978). Praxeology and Econometrics: A Critique of Positive Economics. In: Spadaro, L. M. (1978). *New Directions in Austrian Economics*. Kansas City: Sheed, Andrews and McMeel.
- Roberts, P. C. (1971). Oskar Lange's Theory of Socialist Planning. *Journal of Political Economy*, 79 (3), p. 562-577. **crossref**<https://doi.org/10.1086/259768>
- Rosa, E. S. T. A Economia Monetária de Keynes: A Moeda e o Sistema Financeiro a favor da Produção ou a Administração Financeira Estatal. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP, 2016.
- Rosa, E. S. T. e Camarinha Lopes, T. (2016). A economia monetária e a fórmula geral do capital: preliminar da fissão Marx-Keynes. *Nova Economia*, 25(3), pp. 501-516. Disponível em: <http://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/2443/1679> [26/08/2016].
- Schumpeter, J. A. (1954) *History of Economic Analysis*. New York: Oxford University Press.
- Skidelsky, R. (1999). *Keynes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Skidelsky, R. (2009). *The return of the Master*. Allen Lane.
- Sraffa, P. (1960). *Production of Commodities by Means of Commodities*. Cambridge University Press.
- Streissler, E. (1972). To what extent was the Austrian School Marginalist? *History of Political Economy*, vol. 4, no. 2, pp. 426-441. **crossref**<https://doi.org/10.1215/00182702-4-2-426>
- Szmrecsányi, T. (org.) (1978). *Keynes*. Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol 6. São Paulo: Ática.
- Toporowski, J. (2012). Lange and Keynes. *SOAS Department of Economics Working Paper Series*, No.170, The School of Oriental and African Studies.
- Wapshott, N. (2011). *Keynes Hayek: The Clash That Defined Modern Economics*. New York: Norton.

